ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE INDAIATUBA – CMDCA - REALIZADA EM 10/12/2024

Nº 11/2024

Aos dez dias do mês de dezembro de 2024, realizou-se de forma virtual, por meio da plataforma Google Meet: 1º link da videochamada: hhttps://meet.google.com/tzp-okwk-dtx, 2º link da videochamada: https://meet.google.com/uqj-gjud-nzd, a décima primeira reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaiatuba do ano de 2024, conforme convocação feita aos conselheiros. O **Sr. Sérgio Baptista Ferreira**, presidente do CMDCA de Indaiatuba, deu início à reunião, convidando a mim, **Sra. Josiane Favaron Martins**, primeira secretária, a lavrar a presente ata. O Sr. Sérgio iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos. **1. Leitura sobre o PIA – Primeira Infância Antirracista:** foi efetuada a leitura, "Para garantir o pleno desenvolvimento de crianças em suas potencialidades, o racismo estrutural e institucional precisa ser enfrentado por toda a sociedade em um pacto coletivo: saúde, educação, assistência social, famílias e a sociedade como um todo, reconhecendo o problema e implementando práticas antirracistas. Antirracismo é o conjunto de ações que têm como objetivo enfrentar o racismo presente em todas as estruturas de nossa sociedade. Essa luta não diz respeito, exclusivamente, ao povo negro ou indígena, mas interessa, cada vez mais, à sociedade como um todo." **2. Plano Municipal pela Primeira Infância:** o Sr. José Paulo Diniz e a Sra. Amanda Andrade, da Vigilância Socioassistencial (VSA), participaram da reunião do CMDCA e informaram que a VSA realizará boletins informativos sobre a plano da primeira infância. Após a audiência pública em que se apresentou o plano pela primeira infância, informou-se que o CMDCA o receberá para validação; assim que aprovado por este Conselho, a VSA começará a confecção dos boletins baseados nos dados que o CMDCA apontar como relevantes para análise. O Sr. Rogério perguntou a Sra. Silvana, que representa o CMDCA na Comitê pela Primeira Infância, sobre as orientações que são necessárias, mas ela esteve afastada nos dois últimos meses do Comitê. A Sra. Renata (secretaria de Educação) informou que não faz parte do Comitê, mas conversará com que participa, a fim de entender quais dados estão sendo coletados para a contribuir com a elaboração do boletim. O Sr. Sérgio pediu que fosse informado ao Conselho do CMDCA na próxima reunião, em fevereiro de 2025. O Sr. Sérgio também solicitou aos conselheiros que enviassem ao Samir sugestões sobre quais dados devem constar no boletim informativo pela primeira infância. A Sra. Kátia (Bolha de Sabão) sugeriu que o boletim traga os dados estatísticos do Conselho Tutelar e da Delegacia dos Direitos da Mulher. O Sr. José Paulo disse que o setor de Vigilância da Secretaria de Assistência Social pode ser o local que reúna todas as informações, mas não serão eles que irão coletar os dados das demais Secretarias, apenas da Assistência Social; a intenção da VSA é realizar um boletim que seja útil e necessário para Indaiatuba para a construção de políticas públicas. **3. Saldo FUNCRI:** o saldo FUNCRI até cinco de dezembro de 2024 é de R$ 3.328.022,86 (três milhões, trezentos e vinte e oito mil, vinte e dois reais e oitenta e seis centavos). O saldo do tesouro é de R$ 9.520,48 (nove mil, quinhentos e vinte reais e quarenta e oito centavos). **4. Correspondências recebidas:** o Conselho recebeu o ofício nº 629/24, de 19 de novembro de 2024, do Ministério Público solicitando o envio do Plano Decenal atualizado; o CMDCA retornou com o ofício nº 176/2024 informando que o Plano Decenal ainda está sendo finalizado e, posteriormente, será enviado aos Conselheiros para o parecer e votação. Assim que aprovado, será enviado ao Ministério Público. Também foi encaminhada ao CMDCA uma denúncia registrada no Disque 100 do Ministério Público em que se relata um caso de violência física contra um aluno de dez anos na escola municipal Laura Fahal. O estudante, vítima de homofobia, possui 10 anos de idade. A denúncia informava que a escola não realizou nenhuma medida e só atenderia aos responsáveis mediante agendamento. O Sr. Sérgio perguntou se o Conselho Tutelar recebeu esta notificação, ao que responderam negativamente. A conselheira Sra. Renata (Secretaria de Educação) solicitou o envio da denúncia para que ela possa apurar o ocorrido

na escola. Assim que ela obtiver retorno da direção escolar, o CMDCA será informado na próxima reunião do Conselho. **5. Discussão e deliberação da ata da 10ª Reunião Ordinária:** a ata da Reunião Ordinária nº 10/2024 foi enviada aos conselheiros em 5 de dezembro de 2024 para análise. A ata foi votada e aprovada por unanimidade. **6. Discussão e deliberação sobre a Resolução CMDCA nº 25/2024, que normatiza a Comissão de Prevenção e Combate à Violência:** a Resolução foi enviada aos conselheiros no dia 28 de novembro de 2024 para análise; não houve manifestações contrárias; o A Resolução CMDCA nº 25/2024 foi votada e aprovada por unanimidade. **7. Discussão e deliberação sobre a Resolução CMDCA nº 26/2024, que normatiza a Comissão do Jovem Aprendiz:** a Resolução foi enviada aos conselheiros no dia 28 de novembro de 2024 para análise; não houve manifestações contrárias; a Resolução CMDCA nº 26/2024 foi votada e aprovada por unanimidade. **8. Discussão e deliberação sobre a Resolução CMDCA nº 27/2024, que normatiza procedimentos relacionados aos Relatórios de Execução do Objeto enviados ao CMDCA:** a Resolução foi enviada aos conselheiros no dia 28 de novembro de 2024 para análise; a Sra. Silvana sugeriu simplificar o processo de relatórios para compra de bens permanentes; o Samir informou que serão realizadas reuniões com as organizações para esclarecer sobre a entrega dos relatórios ao CMDCA, e enfatizou que os relatórios devem focar no projeto realizado com os atendidos, e não em itens específicos de aquisição de bens permanentes. A Resolução CMDCA nº 27/2024 foi votada e aprovada por unanimidade. **9. Atualização quanto às ações realizadas em 2024 e as que serão realizadas em 2025:** o Samir informou sobre os trabalhos administrativos realizados em 2024: finalização e publicação do Regimento Interno, Resolução das Comissões de Projetos, Políticas Públicas, Medidas Socioeducativas, Prevenção e Combate à violência e do Jovem Aprendiz. O Conselho realizou a semana A Voz do Eca; o Prêmio Funcri e a formação em elaboração e gestão em planos de trabalho para as organizações sociais. Para 2025 há a previsão da revisão dos eixos temáticos do Plano Decenal, a criação da Comissão Juvenil, a atuação com os grêmios estudantis das escolas municipais, estaduais e particulares e a finalização da Resolução das Comissões de Acolhimento e a do Funcri. A Sra. Josiane trouxe que, em conversa com a Sra. Maria Cristina, diretora da proteção básica, houve uma proposta de começar a Comissão Juvenil com os jovens dos CRAS, visto que são mais politizados em relação aos atendimentos das unidades. **10. ABID – quantidade de acolhidos e desacolhidos:** a Sra. Marcela informou os dados de novembro sobre o Acolhimento Institucional: há 13 acolhidos, houve 4 acolhimentos em novembro – 2 bebês e 2 irmãos; houve 2 desacolhimentos. Quanto à Família Acolhedora: há 15 acolhidos em 11 famílias acolhedoras. Há 17 famílias acolhedoras formadas, mas 14 que estão aptas para acolher. 3 famílias desistiram do acolhimento familiar. Nem todas as famílias estão acolhendo no momento, devido ao término recente de alguns acolhimentos, visto ser necessário um período para elaboração do luto ou por conta do perfil que a família se dispõe a acolher. Houve a transição de um acolhido do institucional para o acolhimento familiar. No momento, 2 famílias estão sendo preparadas para o acolhimento. **11. Atualização sobre a formação de conselheiros em Atibaia:** o Samir informou que os conselheiros Sr. Juliano Rufini e Sra. Alice Rossi participaram da capacitação oferecida gratuitamente pela Escola de Conselhos do Estado. O Sr. Juliano trouxe a proposta de trazer a capacitadora, Sra. Sílvia, para fornecer uma formação ao CMDCA, visto que o conteúdo da formação se faz necessário para o colegiado; trata-se de toda a estrutura e funcionamento do Conselho de forma detalhada, sendo um aprimoramento para os conselheiros. A Sra. Silvia está associada ao Instituto Potencial. O Sr. Sérgio concordou com o Sr. Juliano e solicitou para pôr o assunto na pauta da diretoria para janeiro de 2025. **12. Momento de fala das Comissões e dos Conselhos Tutelares:** a conselheira tutelar, Sra. Roberta, compartilhou alguns dados do 3º trimestre da unidade 1: o principal agente violador dos direitos de crianças e adolescentes são os pais e responsáveis com 64,9%; houve um aumento em relação ao segundo trimestre, onde se constatava 41%. Os principais direitos violados são as faltas escolares de crianças e adolescentes, entre 6 a 15 anos de idade; depois surge a negligência, a violência física e psicológica e o abuso sexual. A Sra. Roberta ressalta que a evasão escolar é constante e ressalta a importância sobre a criação da Comissão Juvenil e o levantamento sobre os grêmios escolares, isto que muitos jovens que comparecem ao Conselho Tutelar relatam a vontade de não ir à escola. A maior incidência de atendimentos recai sobre os bairros Núcleo Habitacional Brigadeiro Faria Lima (negligência), Santa Cruz (faltas escolares de crianças e negligência), Jardim Eldorado (mendicância), Centro (faltas escolares de adolescentes), Camargo Andrade (faltas escolares de crianças), Oliveira Camargo (negligência) e o Rêmulo Zoppi (violência física). De julho a setembro, o Conselho Tutelar 1 realizou 296 atendimentos. A Sra. Renata (Secretaria de Educação)

perguntou se os dados atendimento pela escuta especializada compõem os dados estatísticos do trimestre. A Sra. Roberta informou que sim. O sistema do Conselho Tutelar registra o atendimento a partir do recebimento, porém o sistema não separa quais encaminhamentos se originam dos atendimentos da escuta. O Sr. Juliano perguntou se a Comissão de Políticas Públicas tem recebido os relatórios do Conselho Tutelar, e se tem sido feito alguma tabulação ou algum direcionamento quanto aos relatórios. O Sr. Rogério informou que a Comissão de Políticas ainda está se organizando quanto à forma de atuação, visto que esta Comissão depende das outras Comissões para informação de dados. A Sra. Roberta acrescentou que os relatórios são trimestrais, e esse período de tempo entre eles ocasiona mudanças nos cenários apresentados. O Samir informou que a Comissão de Políticas Públicas está auxiliando o PROERD quanto ao retorno do projeto nos 5os anos das escolas municipais. O Samir encaminhará os relatórios aos conselheiros. **13. Outros assuntos:** não houve manifestações. **14. Ausências:** Não participaram da Plenária os representantes do poder público da Secretaria Municipal da Fazenda, e a representante da sociedade civil da OAB; esta última justificou a ausência à reunião. **15. Agradecimentos:** o presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos colocando-se à disposição para o que fosse necessário e desejou boas festas aos presentes. Indaiatuba, 10 de dezembro de 2024. Esta ata foi redigida pelo secretário executivo do CMDCA, com a autorização e leitura da Primeira Secretária.

Sérgio Baptista Ferreira
Presidente do CMDCA

Josiane Favaron Martins
Primeira Secretária